



UNIVERSIDADE, CAPACITAÇÃO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: ARTICULANDO DEMANDAS E HISTÓRIAS DE VIDA DE SUJEITOS ATUANTES NAS ARENAS PÚBLICAS DE PROTAGONISMO SOCIAL

Pablo Ferreira Bastos Ribeiro¹
Lucimar Magalhães de Albuquerque²

RESUMO: Este estudo apresenta uma contextualização histórica acerca da realização de conferências no Brasil para, posteriormente, tratar sobre a relevância da realização destas, enquanto canal de participação da sociedade civil no que pode ser caracterizado enquanto lugar de fazer gestão das políticas públicas. Tendo feito esta contextualização, prosseguimos em um relato acerca da Conferência sobre Controle Social e Transparência – Consocial, a qual contou com a participação do Observatório de Políticas Urbanas – OPUR, tendo sido representado tanto na Comissão Organizadora Estadual (COE) quanto nas conferências através de um dos pesquisadores que lá esteve enquanto delegado. Convergindo a atuação do OPUR, enquanto núcleo extensionista, promotor do Curso de Capacitação de Agentes Sociais e Conselheiros Municipais, à experiência de participação direta na conferência, observa-se a necessidade de maior capacitação da sociedade civil, demanda esta que emerge também no produto final da própria Consocial. Tal cenário nos convoca a refletir sobre o papel da extensão universitária, não somente para o empoderamento da sociedade civil, mas também para inovar na criação de metodologias que visem garantir e aprimorar a participação da sociedade civil nos canais decisórios do governo. A pesquisa realizada valeu-se do método de pesquisa exploratória, utilizando revisão bibliográfica e pesquisa documental, articulando à história de vida de dois sujeitos que passaram pelos Cursos de Capacitação.

PALAVRAS-CHAVE: Capacitação; Empoderamento; Protagonismo; Extensão universitária.

1 INTRODUÇÃO

Em primeiro lugar, é importante esclarecer que o presente estudo não é fruto de dois semestres, mas sim de 3 anos de contínuas (des)construções e (re)significações. Fazer a articulação entre o campo teórico de um assunto tão pouco abordado em nosso curso de Psicologia não é trabalho fácil, mas o desafio também pode se apresentar como recurso motivacional, tal como aconteceu nesse processo.

Embora não seja um tema presente no cenário da Ciência Política e da Sociologia, a atuação da sociedade civil organizada nos canais de participação ocupa um espaço marginal na Psicologia. Ao propor aprofundar nessa discussão, utilizando uma ótica que parte da Psicossociologia e dos processos de subjetivação, penso encontrar novos elementos que podem ajudar a explicar a participação nesse viés.

¹ Graduado pela PUC Minas em Psicologia, mestrando pela UFMG em Psicologia Social.
pablitobhe@yahoo.com.br

² Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Urbânia, doutoranda em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia e Professora do curso de Psicologia da PUC Minas.

Para realização da pesquisa, foi utilizado o método de pesquisa exploratória, fazendo uma revisão bibliográfica, além de pesquisa documental e articulando à história de vida de dois sujeitos que passaram pelos Cursos de Capacitação ofertados pelo núcleo.

O tema proposto por este trabalho não pode, e nem pretende, ser considerado original, uma vez que é produto de uma monografia do Curso de Psicologia, e por haver muitos outros que discutem a temática da participação. Contudo, esperamos fazer uma releitura do que existe acerca do tema em Psicologia, de modo tal que novas perguntas possam surgir, para então, posteriormente, conhecer e realizar trabalhos que, de fato, venham a contribuir para o desenvolvimento do tema.

As temáticas da participação e do protagonismo têm ocupado um importante espaço nas discussões sobre governança, democracia e controle social. Para sustentar tal discussão no presente trabalho cito, a princípio, Rousseau que nos aponta a relevância do cidadão atuante quando diz:

Assim que o serviço público cessa de ser a principal preocupação dos cidadãos, ao qual melhor preferem servir com a bolsa que pessoalmente, já se encontra o Estado próximo da ruína. Se é preciso seguir para o combate, eles pagam as tropas e permanecem em casa; se é preciso ir à assembleia, eles nomeiam os deputados e continuam em casa. À força de dinheiro e preguiça, eles dispõem de soldados para servir a pátria e de representantes para a venderem. (ROUSSEAU, 1969, p. 129).

Rousseau, no fragmento citado, convoca o cidadão a tomar frente diante das questões pertinentes ao que é público e, portanto, não devem esgotar-se naquilo que delibera o Estado ou os governantes. Diante disso, torna-se relevante discutir a visibilidade dos espaços de participação disponíveis hoje no Brasil, dentre os quais podemos mencionar as audiências públicas e os movimentos organizados da sociedade civil que exercem importantes papéis políticos, como organizações do terceiro setor, as associações de bairro, os observatórios, os fóruns e, também, os Conselhos de Políticas Públicas e as Conferências de Políticas Públicas, espaços estes que darei maior ênfase a seguir, bem como ao longo desse trabalho.

2 UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Fazendo uma revisão sobre a história das conferências públicas no Brasil, sabe-se que estas foram criadas no governo Vargas, pela Lei nº378, de 13 de janeiro de 1937, segundo Petinelli (2011), tendo por objetivo facilitar o conhecimento do governo federal acerca das atividades relativas à saúde e de orientá-lo na execução dos serviços locais de saúde. Sayd e

Velandia citados por Petinelli (2011) explicam que o presidente da república seria responsável por convocar tais conferências que contariam com a participação de representantes do governo dos três níveis da Federação e de representantes dos grupos sociais relacionados à área temática da conferência. Segundo Avritzer (2012), mais recentemente, a partir da Constituição Federal de 1988, as formas de participação da sociedade civil, nas áreas da saúde e assistência social levaram à institucionalização das conferências nacionais. Apesar de que, também segundo Avritzer (2012), foi no governo Lula que foi conferido um grande impulso às conferências nacionais, destacando-se a implementação da Secretaria Geral da Presidência da República (SGPR) como órgão responsável por dar suporte a esses espaços. Assim sendo, desde 1937 até 2010 foram realizadas 111 conferências nacionais e centenas de milhares de conferências intermediárias, tendo sido debatidas 40 políticas públicas distintas.

Conforme indica o relatório da pesquisa realizada pelo Observatório de Políticas Urbanas OPUR/ProEx/PUC-Minas, entre 2010 e 2012, intitulada “Pedagogia Urbana, espaços de autonomia: avaliação da trajetória dos cursos de capacitação de agentes sociais e conselheiros municipais pelo OPUR”, financiada pelo CNPq, e que orbita em torno do Curso de Capacitação de Agentes Sociais e Conselheiros Municipais da RMBH, o qual representarei com a sigla CCAS, também objeto deste trabalho, o curso é resultado de uma pesquisa sobre o perfil dos conselhos e conselheiros municipais da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH)³, realizada em 2000 no bojo do projeto de pesquisa “Metrópole, Desigualdades Socioespaciais e Governança Urbana: Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre”, da Rede Nacional Observatório das Metrópoles, financiada pelo PRONEX/CNPq, no período de 1998 a 2002. No último ano, o curso foi ministrado em quatro regiões metropolitanas brasileiras, integrantes na referida Rede. A ideia de capacitar os conselheiros participantes da pesquisa mencionada surgiu no ano de 2003, quando se realizou o primeiro curso, tendo não somente conselheiros enquanto público alvo, mas também agentes sociais, lideranças comunitárias e alunos dos cursos de graduação e pós-graduação da PUC Minas, sendo o OPUR, da Pró-Reitoria de Extensão, o principal realizador dos cursos (VELLOSO et al, 2012).

A proposta do curso, desde sua origem, era a formação de lideranças comunitárias e conselheiros municipais multiplicadores de conhecimentos adquiridos por meio de debates e troca entre estudantes, professores, conselheiros e demais atores, todos engajados em alguma mobilização e atuantes em esferas públicas de participação, como os conselhos, orçamento

³ Coordenada pela Profa. Dra. Mônica Abranches Fernandes, da PUC Minas. Na época pesquisadora do OPUR – ProEx/PUC Minas e da Rede Observatório das Metrópoles.

participativo, fóruns e redes municipais, buscando conhecimento para combate ao quadro de desigualdade social (VELLOSO et al, 2012).

Os objetivos do curso são: capacitar os conselhos municipais, governamentais e não-governamentais por meio de um conjunto de conceitos, métodos para elaboração, avaliação e implementação de políticas públicas; democratizar as informações sobre as condições socioeconômicas da RMBH, para possibilitar a avaliação da qualidade de vida e da gestão dos municípios subsidiando os atores da esfera pública não estatal na discussão das políticas urbanas. Dentro de seu processo metodológico, se prevê que o curso ocorra de forma itinerante, tendo sido ofertado durante oito anos consecutivos na PUC Minas do Coração Eucarístico, dois anos na PUC Minas do São Gabriel e a sua última edição na PUC Minas localizada no município de Betim. O OPUR, como organizador do curso, busca aproveitar os recursos disponíveis, flexibilizando os locais de realização das aulas, bem como diversificando os professores e colaboradores para a execução do curso, de modo a garantir que demandas locais dos conselheiros estejam contempladas no decorrer do curso (VELLOSO et al, 2012).

Tal como em muitas audiências públicas, reuniões de conselhos, fóruns, conferências e demais canais de participação o Curso de Capacitação conseguiu mobilizar, ao longo de 11 edições, atores da sociedade civil. E é buscando melhor compreender os fatores que levam essas pessoas a se mobilizarem que propusemos o presente trabalho.

3 A EVIDÊNCIA DA DEMANDA POR CAPACITAÇÃO PARA A SOCIEDADE CIVIL

Segundo Souza (2013) as conferências podem ser definidas como processos participativos que reúnem, com certa periodicidade, representantes do Estado e da sociedade civil para a formulação de propostas para determinada política pública. A 1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social, convocada pelo presidente Lula no último ano de seu mandato, envolveu, segundo a Controladoria Geral da União - CGU, cerca de 153 mil participantes, entre 797 conferências municipais, 185 regionais, 27 estaduais e uma nacional, além de uma conferência virtual e 299 conferências Livres realizadas entre 2011 e 2012 (p. 109, Cadernos de Propostas - Consocial). Tal conferência foi convocada em resposta à solicitação, por meio de um abaixo assinado, entregue pelos participantes do 1º Seminário Nacional sobre Controle Social, realizado em setembro de 2009 pela CGU, ao seu Ministro-Chefe. Dentre estas conferências destacamos aquelas chamadas preparatórias, que acontecem nos estados e municípios e, também, as livres, que são organizadas por iniciativa da própria sociedade civil.

Sua relevância é corroborada pelo discurso do Presidente Luís Inácio Lula da Silva ao lembrar dos resultados alcançados em seu primeiro mandato, no discurso que proferiu ao Congresso Nacional no ano de 2006, diz:

Além da participação dos delegados nacionais, há que se considerar a realização das conferências preparatórias em diversos Municípios e Estados, o que propiciou o aprofundamento da descentralização, o fortalecimento da democracia e a emergência de novos atores sociais na gestão das políticas públicas. (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2006, p. 195-196).

Souza (2013) ainda nos aponta que

[...] é possível dizer que as conferências são processos participativos que reúnem – com certa periodicidade – representantes do Estado e da sociedade para agendar questões, avaliar realidades, fortalecer a participação e formular propostas para determinada política pública. (SOUZA, 2013, p. 55).

Deste modo, podemos compreender que as conferências são palco para exercício, ou ação, daquilo que estamos chamando de participação política.

Para definir o conceito de participação política, é relevante pensa-la sob o prisma da cidadania e considerando o seu exercício de maneira crítica para, ao dimensionar tal definição, melhor compreendermos o objeto do presente trabalho. Deste modo, faz-se relevante clarear uma perspectiva do sujeito, enquanto cidadão que interage com o Estado, sob sustentação da democracia a qual, segundo Souza (2010), deve ser compreendida no Brasil como um conjunto de mecanismos de participação, cuja base perpassa as perspectivas da participação, deliberação e representação, havendo variações nas formas e nos pesos que cada dimensão apresentará na medida em que se articulam os contextos político, geográfico e histórico.

Avelar (2007) explica que a concepção de participação política pode referir-se desde as atividades mais simples, como conversas sobre a conjuntura política local, nacional ou internacional, àquelas mais complexas, como participar de campanha eleitoral, organizar grupos para exigir direitos junto às autoridades políticas, votar e candidatar-se. Conforme explica, a participação política pode ser exercida por três canais que são os da participação eleitoral, da participação corporativa ou da participação organizacional. Apesar de ladear todos os canais em questão, nosso foco estará no canal da participação organizacional que, segundo nos aponta Avelar (2007, p. 268), abrange as atividades não institucionalizadas da política, com propostas de novos arranjos que liguem sociedade civil e Estado. Buscando, entretanto, refletir acerca da capacitação e ação dos atores da sociedade civil.

Retomando a Consocial, podemos aferir que ela carrega consigo um aspecto peculiar, por sua característica de autorreferência, uma vez que trata do Controle Social, e por transpassar todas as políticas públicas. Considerando que traz em si mesma o seu principal significante, que é garantir a efetiva participação da sociedade civil no controle das políticas e gastos públicos. Todavia, emerge, em meio à discussão, um questionamento quanto ao preparo da sociedade civil para o efetivo exercício desse controle, criando-se, então, uma lacuna de ordem técnica, o que pode ser comprovado pela demanda espontânea por capacitação para a sociedade civil, recordando que dentre as 80 diretrizes finais, priorizadas na conferência nacional, 25 demandavam algum tipo de capacitação (CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO, 2012).

O reconhecimento da necessidade de um incremento técnico se confirma quando, em agosto de 2011, o Núcleo de Políticas Urbanas e Socioespaciais/OPUR, vinculado à Pró-Reitoria de Extensão da PUC Minas e à rede nacional de pesquisa Observatório das Metrôpoles – IPPUR/UFRJ, foi convidado pelo, então, Controlador Geral do Estado de Minas Gerais, Dr. Moacyr Lobato, a integrar a Comissão Organizadora Estadual (COE) da Consocial, composta por órgãos do poder público e organizações da sociedade civil. Além disso, o OPUR foi representado por mim, como delegado nas etapas Municipal, Estadual e Nacional. Para além das conferências convocadas pelo Estado, o OPUR realizou, também, a primeira conferência livre no estado de Minas Gerais e 16ª no Brasil sobre a temática de Transparência e Controle Social, da qual participaram os alunos envolvidos no X Curso de Capacitação de Agentes Sociais e Conselheiros Municipais da Região Metropolitana de Belo Horizonte, do qual falaremos adiante, e que encaminhou dez propostas para a etapa Nacional.

Norteados pela compreensão inicial de que o universo de cada público caracteriza-se por suas demandas próprias em relação ao tema, o programa constitui-se na oferta continuada de cursos de curta duração e produção de material bibliográfico referencial (cartilhas, artigos, capítulos de livros). De natureza operacional, o conjunto dessas ações de capacitação foi concebido para disseminar conteúdos, práticas e instrumentos relativos à governança das regiões metropolitanas no Brasil fazendo frente aos desafios que demarcam seus processos políticos, administrativos e socioespaciais.

É, então, a partir de três pontos de fuga, quais sejam, educação política, controle social sobre o poder público e espaços de articulação autônoma da sociedade, que o observatório de políticas urbanas pensava a sua prática e a repercussão das iniciativas para a capacitação que veicula.

O curso vai ao encontro do que propõe Síveres (2006) quando afirma que é papel da universidade desencadear uma percepção crítica da realidade e, de forma criativa, interferir nela como uma opção do seu comprometimento. Pressuposto este que endossa a relevância da extensão que, respaldada por sua política, desliga-se do caráter assistencialista para promoção de uma visão crítica àqueles que são beneficiados por seus programas e projetos, por seu corpo técnico e acadêmico e, também, aos diversos parceiros que atuam para que tenhamos uma sociedade mais presente nos canais de participação, mais crítica e, conseqüentemente, capaz de produzir autonomia.

4 CIDADANIA, AUTONOMIA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Pretendemos dar voz a dois atores que são protagonistas nos contextos em que se encontram para, a partir de suas falas, trazer uma análise que permita, além de transcender as questões acima, compreender como se posicionam estes sujeitos frente às questões que se lhes apresentam no dia a dia do exercício da cidadania. Ambos foram alunos do curso de capacitação e são, também, conselheiros municipais, representantes da sociedade civil, um atuando, no momento, pelo Conselho de Saúde e outro pelo Conselho Municipal de Igualdade Racial. Com intuito de assegurar que não haja quaisquer riscos de desconforto político dentro dos seus respectivos locais de atuação, preservarei a identidade de ambos atribuindo-lhes os codinomes V. Santos e J. Silva.

A partir das falas em questão, pretendemos desvendar elementos de uma grande categoria que é a cidadania e outras duas subcategorias que são autonomia e participação política, ambas circunscritas na compreensão de cidadania. Vale lembrar que, apesar das falas seguirem roteiro elaborado com esta finalidade, procurei preservar o máximo de liberdade possível para que os sujeitos pudessem se expor com a maior naturalidade possível. De modo algum compõe o objetivo desta análise fazer juízo, de qualquer natureza que seja, sobre as falas dos sujeitos, mas sim “intensificar a relação bidirecional entre a universidade e a sociedade” (Política de Extensão da PUC Minas, 2006), trazendo de volta para a universidade uma visão acerca de como se (re)elaboram os conhecimentos transmitidos à sociedade no contexto da ação.

V. Santos é integrante do Conselho Municipal de Igualdade Racial, atuante há mais de 50 anos, segundo nos informa, seu desejo de atuar é fruto das condições precárias enfrentadas por ele e pela família no que diz respeito a moradia, escola e situação socioeconômica. Segundo relata:

Foi uma coisa que levou à outra, minhas condições e da minha família me forçavam a buscar melhorias e através de minha atuação nos conselhos percebi que precisava estudar para me qualificar, buscar um emprego fixo e são informações que vão surgindo na nossa cabeça, procurando melhorar, né?. (V. Santos)⁴.

Sobre a importância de fazer parte do conselho, ainda aponta:

Atuar no conselho é legal, pois você vai tendo informações que não tinha, né? Sobre a questão dos Idosos, da juventude, da saúde, na época tinha um caso complicado que era o dos tuberculosos, que ficavam no hospital Sarah Kubitscheck, no barreiro [...] e por falta de conhecimento, todo mundo tinha medo dos internos do Sarah Kubitscheck e, a partir da minha atuação no conselho de saúde (aquela época), fui percebendo a importância da ciência, né? De obter conhecimento para não me posicionar de maneira equivocada, como acontecia nesses casos. (V. Santos).

J. Silva, por sua vez, se apresenta como sendo presidente da união dos conselhos, vice-presidente do conselho do idoso e representante da sociedade civil no conselho municipal de saúde, relaciona o fato de ter precisado submeter-se à condição de não assinar sua carteira de trabalho para ter um emprego com o fator determinante para sua atuação nos conselhos. Conforme relata, aos 50 anos sofreu um AVC que causou a paralisia de todo o lado esquerdo de seu corpo e, por não ter contribuído com o INSS, durante o tempo que trabalhou, não poderia se aposentar.

Foi com a ajuda de uma conhecida, da igreja onde frequenta, que J. Silva foi incluído no benefício de prestação continuada (BPC) da assistência social, sobre o qual até então ele não tinha conhecimento da existência. A partir de então, ao compreender do que se tratava, buscou se informar-se melhor a respeito da Assistência Social e passou a frequentar o Centro de Referência em Assistência Social em seu bairro. Após aceitar um convite para participar da reunião da comissão local de assistência social, foi eleito para o conselho regional de assistência social e, posteriormente, eleito para o conselho municipal de assistência social. Sobre os seus primeiros anos, ele diz:

Nos primeiros anos de um conselheiro, eu chamo ele de conselheiro coruja. Por quê olha muito e não fala nada, só fica prestando atenção, né? E depois ele vira conselheiro papagaio, fala igualzinho eu falo (risos), depois que aprende ele domina e sai à luta. (J. Silva)⁵.

Um dado importante trazido, logo de início, pela fala de ambos os entrevistados é a forte relação entre participação e a dedicação aos canais participativos e o ganho de perspectiva para promover melhorias de vida para o próprio sujeito, não somente por meio dos proces-

⁴ Dados das entrevistas. Pesquisa de campo realizada com ex alunos do curso de capacitação em fev. de 2014.

⁵ Dados das entrevistas. Pesquisa de campo realizada com ex-alunos do curso de capacitação em fev. de 2014.

sos de exigibilidade, mas também por meio da necessidade de aquisição de conhecimento para se fortalecer enquanto sujeito que integra uma sociedade.

Ambas as falas apontam para a apropriação de seus papéis e autolocalização dentro de um conjunto de grupos que integram, o que Benevides (2009) caracteriza como sendo uma ordem jurídico-política de um país cuja constituição define e garante quem é cidadão. Assim, é possível perceber que à medida que estes sujeitos se apropriam do funcionamento desta ordem jurídico-política, onde se encontram inseridos, eles adquirem mais poder para dialogar com os grupos dominantes. De modo que o exercício de seus papéis, em busca de políticas públicas para os grupos que representam, ganham o incremento não somente de legitimidade, frente ao instituído ou ao Estado, mas com o status de alguém que se apresenta enquanto sujeito que exerce sua condição de cidadão dentro desse sistema, ainda que não ocupando um lugar nos grupos dominantes a quem, até outrora, se reservava com exclusividade essa condição.

Deste modo, observamos que o exercício da cidadania não se vincula necessariamente a um papel político, mas sim à apropriação de um lugar dentro desta organização chamada Estado. Mais do que à ocupação de um lugar, a cidadania se apresenta como o reconhecimento de sua própria dignidade que, por sua vez, podemos alcançar justamente nos momentos mais críticos, conforme relata J. Silva no trecho a seguir:

Eu agradeço a esse derrame que eu tive, pois se não fosse por isso, pela necessidade batendo à minha porta, eu estaria até hoje no Padre Eustáquio, sem me preocupar com o meu semelhante, pensando só em mim e na minha família. Hoje eu não penso só na minha família, hoje eu penso num todo. (J. Silva).

Pensando no exercício da cidadania num contexto democrático, com toda sua simplicidade e altivez, J. Silva nos apresenta uma dimensão da política que denuncia a necessidade de que os atores se levantem em favor do coletivo, do não dominante, para enfrentar um Estado que, por muitos anos, centralizou os mecanismos de poder. Tal importância é lembrada por Rawls, quando este afirma:

uma vez que o poder político é sempre coercitivo – apoiado no monopólio que o Estado tem da força legal –, num regime democrático ele é também o poder do público, isto é, o poder dos cidadãos livres e iguais como um corpo coletivo. Mas, se cada cidadão tem uma mesma parcela de poder político, então, na medida do possível, o poder político deveria ser exercido, pelo menos quando os elementos constitucionais essenciais e questões de justiça básica estão em discussão, de uma maneira que todos os cidadãos possam endossar publicamente à luz de sua própria razão. (RAWLS, 2003, p. 128).

Pensando a autonomia, introduzo, a seguir, um pensamento de Habermas, onde afirma que,

a relação dialética entre autonomia privada e pública só se torna clara por meio da possibilidade de institucionalização do status de um cidadão como esse, democrático e dotado de competências para o estabelecimento do Direito, e isso somente com o auxílio do direito coercivo. No entanto, porque esse direito se direciona a pessoas que, sem direitos civis subjetivos, não podem assumir de forma alguma o status de pessoas juridicamente aptas, as autonomies privada e pública dos cidadãos pressupõem-se reciprocamente. (HABERMAS, 2002, p. 123).

Para Habermas (2002) a autonomia existe enquanto privada e pública, de modo que ambas se articulam de forma interdependente. Para ele, o princípio da soberania popular é representado no acesso à comunicação e à participação que asseguram a autonomia pública dos cidadãos do Estado, enquanto o domínio das leis, nos direitos fundamentais clássicos, que garantem a autonomia privada dos membros da sociedade civil.

V. Santos nos apresenta em algumas de suas falas as articulações destas formas de autonomia, como por exemplo ao dizer,

Eu sempre participei dos orçamentos participativos e, no curso pude entender melhor o funcionamento das leis, inclusive a lei de ocupação do solo. Teve uma parte lá com uma professora do Direito que foi sobre a regulação fundiária. (V. Santos).

Ou, ainda, quando bem articula a luta e a construção de um direito para a população que representa ao relatar,

Dois movimentos que participei e teve um impacto importante, foi o movimento pelas cotas nas universidades, que comecei participando desde 1970 pra acontecer só agora em 2012, então você imagina a luta que foi, e a criação do estatuto do movimento racial. (V. Santos).

De igual maneira, J. Silva irá nos apresentar elementos que articulam a noção de autonomia pública e privada, ao relatar como o resgate de sua dignidade, através do acesso a um direito, lhe permitiu buscar um lugar de protagonismo e exercício de sua autonomia pública,

Então eu passei a receber o benefício de prestação continuada, e foi aí que eu tive a minha dignidade devolvida, porquê eu falava que a pessoa é o que ela come, mas hoje eu falo que a pessoa é o que ela contribui, é assim que eu penso hoje. (J. Silva).

Ao observarmos suas respostas ao serem questionados quanto à contribuição do Curso de Capacitação para suas atuações, também é possível notar que ambos consideram ter sido auxiliados para o fortalecimento dessa autonomia, como explica V. Santos:

O curso de Capacitação foi importante, pois me abriu novos horizontes, e me permitiu o contato com novas metodologias, novas tecnologias, novas ferramentas de comunicação, né? (V. Santos).

E também J. Silva:

Capacitação é tudo, principalmente pra uma pessoa que começou a trabalhar com 12 anos, e não pôde estudar. Então a capacitação foi muito importante, você viu a quantidade de capacitação que eu fiz. A gente lida no meio desses conselhos, com muita gente graduada, né? E eu ali, um semianalfabeto. Então sempre estimei: quando me perguntavam: ‘está sobrando dinheiro lá no conselho, o que vamos fazer?’. ‘Capacitação’, eu respondia. Cheguei a ser até chato, pois só pedia capacitação. (J. Silva).

É importante, também, pensarmos a autonomia do ponto de vista da psicologia, enquanto capacidade do sujeito de formular suas concepções de modo crítico, a partir de suas próprias análises e, para além disso, elaborar estratégias para intervir no meio, de modo a conquistar as melhorias necessárias para a população e não para o Estado.

Um bom relato para exemplificar tal noção de autonomia é a seguinte frase de V. Santos,

Quando você adquire conhecimento e, apesar das mazelas e das dificuldades, você consegue preservar seus sonhos de melhorias, conquistas sociais. Vendo, também, as coisas que acontecem como o caso daquele ator negro que foi preso, sendo inocente, ou às vezes de um morador de rua que é portador de deficiências mentais, e acaba abandonado pela família no Pronto Socorro, aí fica onde? Todas essas coisas me motivam a tentar contribuir para ter uma sociedade mais justa. (V. Santos).

Apesar do aspecto um pouco confuso, em virtude do fluxo desordenado que é peculiar à oralidade na fala espontânea, o trecho acima traz uma grande riqueza de informações quanto ao uso dessa autonomia. A aquisição de autonomia aparece por meio da aquisição de conhecimento, mas junto disso, vem a capacidade do sujeito de se sensibilizar com a posição do outro e utilizar daquele seu ganho para pensar uma estratégia de enfrentamento àquela condição à qual o cidadão vulnerável, ou desprovido dessa mesma autonomia, está submetido. A fala extrapola os limites da autonomia para alcançar um aspecto de solidariedade, onde o conceito aqui discutido transforma-se para ele em um instrumento de ação.

Mais um aspecto da autonomia que se apresenta nas entrevistas vem na fala de J. Silva que diz,

[...] pra gente aprender, a gente precisa ‘escarafunhar’, tem que ir enfiando no meio desse povo, pra gente aprender. E foi assim, curioso demais, mesmo sem ter capacidade, sem ter estudo, eu fui me aprofundando e aí até descobrir alguma coisa. (J. Silva).

J. Silva nos apresenta nesse trecho da entrevista sua autonomia para buscar conhecimento. É uma forma de exercício metalinguístico da autonomia, onde ela vai em busca de si própria. Talvez por detrás de qualquer insegurança, ou modéstia, J. Silva saiba que porta um instrumento poderoso para sua atuação “no meio desse povo” estudado, que é a perspicácia de um homem inteligente, muito atento ao que ocorre à sua volta e curioso, como ele próprio define.

Para falar de participação política, retomo os três canais da participação ora apresentados no presente estudo, sendo o primeiro deles o canal eleitoral. Em geral, quando se pensa a participação política, o senso comum tende a compreender tal ato como candidatar-se a algum cargo político, ou mesmo votar. Já sabendo que este é apenas um dos canais de participação política, conforme explica Avelar (2007), podemos notar que dentre os entrevistados há uma sofisticação no que diz respeito à compreensão do papel representativo, através das eleições e das tensões partidárias. Para ilustrar esta afirmativa recorro à fala do entrevistado V. Santos:

Hoje em dia, vê-se que há vários interesses defendidos na política. Existe a bancada ruralista, a bancada evangélica, a bancada disso e daquilo, mas como fica a bancada do povo? É necessário refletir sobre isso e trabalhar para que o congresso seja a casa não somente de alguns, mas de todos. (V. Santos).

Sofisticação que também demonstra ao comentar as manifestações de junho de 2013, quando ocorria no Brasil a Copa das Confederações, ao dizer:

Um outro movimento que vale a pena falar são as manifestações por causa da Copa, e o que a mídia não mostra é que a presidente foi a público propor uma constituinte da reforma política e a mídia, junto dos parlamentares, deu um jeito de abafar. Essa foi a primeira vez que um presidente ouve os movimentos que vão às ruas e propõe uma agenda, mas ela foi derrotada no próprio congresso. (V. Santos).

J. Silva ainda nos brinda com um comentário acerca das conversas sobre política,

Desde que eu sou pequenininho e vou ao salão cortar o cabelo, assim, todo mundo conserta o país... ‘ahh se eu fosse vereador, ou deputado, faria isso e aquilo’. Em tu-

do quanto é lugar, nós temos sempre uma solução pro país, na é? Mas na hora de colocar em prática nós ‘pusemo’ a boca no saco e ficamos calados. (J. Silva).

Quanto à relação entre o processo eleitoral e o assistencialismo ele ainda recorda,

[...] e a partir de então eu fui descobrindo, sobre a constituição de 88, sobre como chegou a assistência social aqui no Brasil, que na verdade já existia no Brasil, mas tinha outro nome, né? Que era o chamado assistencialismo, quando o vereador dava alguma coisa pras pessoas, mas aquilo não era do bolso dele, só que as pessoas não sabiam, e isso era usado pra ele ganhar voto. Não era assim? (J. Silva).

O outro canal da participação política apresentado por Avelar (2007) é o corporativo, que conforme define ocorre com a representação de interesses privados no sistema estatal. É o caso que relata V. Santos, quando refere-se ao poder midiático dizendo,

A mídia além de não contribuir para uma comunicação bem feita, ela distorce muitas informações, e com isso provoca desentendimentos e revoltas que afastam as pessoas de se interessarem por participar já que estão indignadas com o poder instituído local. Ela não é democrática, é preciso que os meios de comunicação sejam democratizados. (V. Santos).

Após tratar dois dos três canais mencionados, seguimos rumo ao último, que refere-se à participação política pelo canal organizacional. Como já foi dito anteriormente, este é o canal onde surgem os novos arranjos de interação entre sociedade civil e Estado. Este é o lugar onde, através de uma participação direta, a sociedade apresenta suas pautas para os governantes, buscando a produção do consenso e a promoção de políticas públicas (AVELAR, 2007).

Talvez, este seja o tópico onde surgem as contribuições mais ricas como, por exemplo, a seguinte fala de J. Silva,

O interessante das conferências é que o problema apontado por um ‘Zé Ninguém’ aqui do bairro, uma pessoa simples da comunidade, pode chegar a Brasília e transformar-se em um direito para pessoas do país todo, como já aconteceu em duas conferências em que eu estive presente. (J. Silva).

Também encontramos um exemplo deste canal na fala de V. Santos, que apesar de um tom mais descrente, em virtude do papel exercido pela mídia, não nega os avanços alcançados pela sociedade civil nesse canal de participação, conforme relata,

Hoje tem a sociedade civil organizada e a sociedade civil não organizada, a sociedade, hoje em dia está mais informada para a busca de seus direitos, mas não vai muito além disso, pois, como eu te disse, ela está muito influenciada pela mídia, mas é possível ver um avanço, especialmente depois da abertura democrática e com maior

força após 2003, pois até 2002 não se ouvia falar muito em conselhos não. (V. Santos).

Ambos também mencionam importantes feitos nas políticas públicas que contaram com suas participações, seguem alguns exemplos relatados pelos mesmos,

Conseguimos uma coisa muito importante, certa vez, em Brasília, que foi aprovar a proposta que permite a mais de uma pessoa da mesma família receber o BPC. (J. Silva).

J. Silva também relata uma tentativa frustrada, quando conta,

[...] já fui a Brasília, participar de duas conferências e propus algumas mudanças nos critérios do BPC, pois como presidente do conselho daqui de Belo Horizonte eu já cansei de ver dinheiro que vem fundo a fundo, que não pode ser gasto com outra coisa, não gastou e teve que voltar. Quer dizer, o dinheiro tem, mas não tem onde gastar, volta pro governo federal, enquanto tem muita gente aí precisando. Mas essa é uma vitória que eu ainda não tive (J. Silva).

Quanto a não atuação de parte da sociedade civil, J. Silva questiona demonstrando alguma frustração,

Hoje eu tenho vergonha de saber alguma coisa, porquê às vezes a gente faz um movimento aqui no bairro, como um Orçamento Participativo, por exemplo, pedindo uma pracinha ali embaixo que desejamos transformar numa quadra de futebol de salão e um lugar para as pessoas se reunirem, mas ninguém vai. Por quê, ninguém vai? Não vai porquê ele tem uma comida em casa pra comer e já se dá por satisfeito, e esquece o próximo. (J. Silva).

A exposição das falas acima apresenta-se em resposta à busca de uma compreensão mais substancial acerca das formas como se dão o envolvimento desses sujeitos, numa sociedade a serviço do capital, com questões do âmbito coletivo que, além de tomar parte de seu tempo, não se revertem em qualquer benefício financeiro para eles. Julgo que tal compreensão é importante para que a população civil possa melhor compreender os elementos que envolve essa complexa relação que se estabelece entre o usuário ou o representante de um determinado grupo da sociedade civil e o estado, para discussão das questões que se apresentam como desafios a serem superados.

Não se trata nem de uma análise global e nem tampouco que represente o conjunto de pessoas que formam essa rede de cidadãos que, apesar de não exercerem cargos políticos, não deixam de ser politizados e atuantes. O objetivo deste trabalho é escutar a trajetória de pesso-

as envolvidas e, a partir dos pontos convergentes, ou divergentes, elaborar novas questões a serem respondidas posteriormente.

5 CONCLUSÃO

O envolvimento de um conjunto que aborda, não somente o aspecto subjetivo de pessoas que se engajam em espaços da arena de interface entre sociedade civil e Estado, mas também o aspecto sociológico, acabam por nos forçar a transgredir a zona de conforto e o *status quo* do espaço de construção do saber acadêmico. Tal experiência, muito provavelmente, assemelha-se àquela relatada pelo J. Silva, que aos poucos foi ocupando um lugar que, até então, lhe parecia muito turvo.

Tudo começou com a experiência da extensão, que foi se expandindo para um envolvimento mais acadêmico e, num movimento súbito, me surpreendo em pleno ato de inserção nos espaços de participação aqui estudados. A partir de então, com o crescimento do interesse pela temática e o cenário favorável, debruçar-me sobre este estudo, foi se consolidando um processo de articulação entre perguntas que emergiram junto a novos conhecimentos, e a intensificação do desejo de atuar próximo àqueles que lutam por uma sociedade mais sensível ao outro.

O presente trabalho convoca os psicólogos não somente a compreenderem a dimensão sócio-bio-psíquica do homem, mas também a política, enquanto parte constituinte desse todo que extrapola, ainda, a harmonização do aparelho psíquico, do orgânico e do um repertório de comportamentos de interação, ampliando-se rumo à construção de um mundo que nos permita, enquanto seres humanos, conduzirmos de maneira habilidosa as tensões imanentes ao processo civilizatório. Deste modo, o exercício do papel extensionista na universidade, mais especificamente do curso aqui também apresentado, visa criar condições iguais não somente para que a sociedade reivindique a distribuição de recursos materiais, mas também num processo onde as relações políticas possam ser construídas e tensionadas, de maneira global, em um plano mais simétrico. Se não isso, para que haja, ao menos, condições semelhantes, visando à promoção de mecanismos eficazes e que potencializem um rumo onde atores sociais se constituam enquanto sujeitos politizados e capazes de modularem as tensões, peculiares ao ser humano, de modo cada vez mais maduro e eficaz para os grupos que representa.

Partindo de uma análise mais focada no papel do curso, pudemos observar que há lacunas a serem preenchidas, mas isso não enfraquece o seu caráter emancipatório. Tendo em vista, em especial, o pouco acesso ao sistema educacional que até outrora era ainda mais res-

trito, salta-nos aos olhos o quão vulneráveis encontram-se os grupos constituídos por parte dos usuários dos equipamentos da seguridade social (saúde, previdência e assistência social), e representantes de minorias historicamente vítimas de processos de segregação e desempoderamento (tais como as mulheres, os idosos, as crianças, os índios, os negros, os LGBT's e outros).

É justamente frente a essa vulnerabilidade que os cursos de capacitação são convocados a se apresentarem enquanto via emancipatória para o cidadão. No entanto, ainda é necessário que a universidade alcance lugares ainda pouco acessados pelo Estado. Conforme nos convoca V. Santos, ao lembrar,

Quanto ao curso, eu já sugeri e vejo a necessidade, hoje, de introduzir os cursos dentro das comunidades, pra trabalhar com a juventude que, hoje nas periferias, estão muito desinformadas, e muitas vezes enfiadas nas drogas, lícitas e ilícitas. (V. Santos).

Ou quando nos lembra J. Silva,

Uma crítica que tenho ao curso é que todo mundo tem curso pra dar, a UFMG, a UMA, a Dom Helder Câmara, a PUC. Mas fica essa coisa de cada um no seu quadrado e a gente igual louco correndo atrás de qual vai ser melhor praquilo que a gente precisa. Uma coisa que aprendi aqui na comunidade, foi trabalhar em rede. Por exemplo, existe o pessoal da saúde, do idoso, da UMEI, da assistência e todo mês a gente senta e conversa sobre quais são as possibilidades de ação conjunta. Talvez vocês, das universidades, poderiam fazer uma articulação assim, em rede, e juntar o que vocês têm a oferecer. (J. Silva).

Deixamos a fala acima para apresentá-la ao final, por germinar uma nova questão. Afinal, a quem, de fato, tem servido as diversas capacitações realizadas pelas diversas instituições de ensino superior junto desses atores da sociedade civil? Trata-se de um efetivo exercício da vocação social das IES? Ou há uma lógica de mercado que envolve tal atuação?

Este é o ponto de coerência a que nos chama a própria política da instituição no que diz respeito à extensão universitária (Política de Extensão da PUC Minas, 2006), que nos convoca, por meio da sua concepção de extensão universitária, ao versar sobre sua perspectiva de democratizar o conhecimento produzido e consolidar-se como um dos meios que permite ampliar os canais de interlocução com os segmentos externos à universidade.

REFERÊNCIAS

AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (Org.). **Sistema político brasileiro**: uma introdução. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Ed. UNESP, 2007.

AVRITZER, Leonardo. **Conferências Nacionais**: ampliando e redefinindo os padrões de participação social no Brasil. IPEA. Rio de Janeiro, 2012.

BENEVIDES, Maria Victoria. **Cidadania e direitos humanos**. IEA. 2009. Disponível em: www.iea.usp.br/artigos. Acesso em: 10 abr. 2014.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. **Resultado das 80 propostas priorizadas** – etapa nacional CONSOCIAL. Disponível em: http://www.consocial.cgu.gov.br/uploads/biblioteca_arquivos/224/arquivo_c82af7c4ac.pdf> Acesso em: 30 de ago. 2012.

HABERMAS, Jürgen. **A inclusão do outro**: estudos de teoria política. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS URBANAS. **Pedagogia Urbana, espaços de autonomia**: avaliação da trajetória dos cursos de capacitação de conselheiros municipais e agentes sociais [Relatório de Pesquisa], 2012.

PETINELLI, Viviane. As Conferências Públicas Nacionais e a formação da agenda de políticas públicas do governo federal. **Revista Opinião Pública**, v. 17, n. 1, p. 228-250, 2011.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Mensagem ao Congresso Nacional**: abertura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura/Luiz Inácio Lula da Silva. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República, 2006.

RAWLS, John. **Justiça como equidade**: uma reformulação. São Paulo: Martins Fontes, 2003 306 p.

ROUSSEAU, Jean-Jacques; BERTAGNOLI, Afonso. **O contrato social**: princípios de direito político. Rio de Janeiro: Ediouro, 1969. 183 p. (Clássicos de ouro).

SÍVERES, Luiz. **Universidade**: torre ou sino? Brasília: Universa, 2006. 246 p.

SOUZA, Luciana da Costa e. Democracia: representativa, deliberativa ou participativa? O espaço dos conselhos neste debate. **Revista Saber Acadêmico**, n. 10, p. 120-131, 2010.

SOUZA, Clóvis Henrique Leite de. A que vieram as conferências nacionais? Uma análise dos objetivos dos processos realizados entre 2003 e 2010. In: AVRITZER, Leonardo; SOUZA, Clóvis Henrique Leite de. (Org.). **Conferências Nacionais**: atores, dinâmicas participativas e efetividade. IPEA. Rio de Janeiro, 2013.